

ANEXO 2B – REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE – LAGOA RODRIGO DE FREITAS

1. Geral

- O contratado deverá atender a toda e qualquer exigência feita pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental do projeto em questão.
- O fornecedor deverá adotar os requerimentos mínimos definidos no Código Básico da Iniciativa Ética Comercial (IEC) / Ethical Trading Initiative (ETI):
 - O emprego deverá ser escolhido livremente pelo trabalhador (não haverá trabalho escravo ou forçado);
 - A liberdade de associação e o direito às negociações coletivas deverão ser respeitadas;
 - As condições de trabalho serão seguras e higiênicas;
 - A mão-de-obra infantil não deverá ser usada;
 - Salários dignos serão pagos;
 - As horas de trabalho não serão excessivas;
 - Não haverá discriminação;
 - Trabalho regular será assegurado;
 - Tratamento desumano e severo não serão permitidos;
 - Contratar a mão-de-obra seguindo o Guia de Contratação de Mão-de-Obra desenvolvido pelo Rio 2016 e disponível em <http://portaldesuprimentos.rio2016.com>;
- Toda madeira e demais produtos florestais utilizados devem ser compostos de fibra reciclada (uso no pós-consumo) ou vir de fontes legais e responsáveis, conforme o selo de certificação FSC ou Cerflor. O fornecedor precisa apresentar a certificação de Cadeia de Custódia de toda sua cadeia de fornecimento. Para esclarecimentos sobre como se certificar, o Rio 2016 recomenda a leitura do Guia de Produtos Madeireiros, desenvolvido por este comitê organizador e disponível em <http://portaldesuprimentos.rio2016.com>;
- Evitar a utilização ou fornecimento de produtos fabricados, distribuídos ou descartados através da utilização de materiais ou substâncias nocivas ao ser humano ou ao meio ambiente (segundo o Guia de Substâncias e Materiais Nocivos desenvolvido pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Paralímpicos Rio 2016 e disponível no site <http://portaldesuprimentos.rio2016.com>);

- Os colaboradores devem utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) conforme Norma Reguladora 6 do Ministério do Trabalho;
- O fornecedor deverá trabalhar em conjunto com o Rio 2016 nas ações e proposições para dissolução dos produtos após os Jogos;
- O fornecedor deverá conceder total acesso a equipe Rio 2016 ou algum auditor externo, indicado pelo Rio 2016, para realizar vistorias no local da operação;

2. Projeto

- O projeto deve considerar que não poderá suprimir a vegetação existente, com atenção especial ao manguezal e suas raízes;
- O projeto deve ser de baixo impacto ambiental;
- O projeto, incluindo a Metodologia Construtiva definida deve considerar:
 - Durante a construção, minimizar a suspensão de sedimentos;
 - Durante a construção, evitar aumentar o BOD e a turbidez da água de maneira a impactar significativamente a biodiversidade da Lagoa (atenção especial para a população de peixes)
 - Evitar ou reduzir a níveis insignificantes, os riscos de causar impacto devido ao ruído e vibração para a fauna aquática;

3. Avaliação de Riscos

É esperado que o contratado avalie e estime todos os potenciais riscos de gestão ambiental associados ao projeto e à construção e forneçam à Gerência de Sustentabilidade do Rio2016™ uma avaliação final antes de iniciarem seus serviços e atividades no local.

Riscos associados poderiam estar na forma de:

- Criação de vias de acesso através de uma camada de baixa permeabilidade, para permitir a potencial contaminação de um aquífero subjacente;
- O contato direto dos trabalhadores do local com solo e água contaminados;

- A contaminação do lençol freático e, posteriormente, das águas superficiais por concreto, cimento ou argamassa;
- A condução potencial de contaminantes sólidos para o aquífero durante cravação de estacas;
- Perturbação do ambiente aquático, por meio de vibração e ruído.

Todos os riscos prováveis associados a cravação de estacas, logística, controle de poluição do canteiro de obras devem ser reconhecidos, descritos e devem ser identificadas as soluções para prevenção dos impactos, bem como as medidas de mitigação. Quaisquer dúvidas ou questões particulares também devem ser documentadas.

4. Equipe

O contratado deverá possuir uma equipe de meio ambiente que deverá ser composta por, no mínimo:

- Um coordenador com graduação na área de meio ambiente com no mínimo de 5 anos de experiência na área de gestão ambiental de canteiro de obras;
- Equipe de resposta à emergência ambiental, que deverá ter preferencialmente, experiência na área.

5. Controle de Ruído e vibração

- Atender aos limites de ruídos de acordo com o CONAMA 001/86 e uso de equipamentos de comunicação apropriados;
- Instalar isolamento de vibração para equipamento mecânico;
- Garantir manutenção adequada, procedimentos de operação apropriados e histórico de revisões atuais, para todos os veículos e equipamentos;
- Apresentar as fichas de inspeção de todos os equipamentos e maquinários, comprovando o seu bom funcionamento;
- Realizar monitoramento de ruído diariamente, durante as atividades de estaqueamento;

6. Controle de Poluição do solo

- Proteger tanques ou recipientes com bandeja com capacidade suficiente de reter pelo menos 110% do volume total do líquido ou substância que está sendo manipulada;
- Utilizar bandejas de contenção de gotejamentos nas áreas de reabastecimento com capacidade suficiente de reter pelo menos 110% do volume total do líquido ou substância que está sendo manipulada;
- Utilizar bandeja metálica sob qualquer material contaminante empregado em campo;
- No caso de vazamento, o solo e quaisquer materiais absorventes que foram usados deverão ser dispostos em local aberto e ventilado para volatilização e, posteriormente acondicionado em tambor metálico na cor laranja e armazenado na baia de resíduos perigosos até o seu descarte final;

7. Controle de Poluição do canteiro de obras

- Realizar manutenção e limpeza do entorno da obra (ruas e calçadas);
- Realizar reabastecimento ou manutenção da planta, veículo ou equipamento em locais com pavimentação impermeável, dotado de drenagem apropriada e medidas de controle a fim de proteger o solo, subsolo e corpos d'água próximos. Apresentar plano de gestão de combustíveis e abastecimento;
- Disponibilizar local apropriado para o acondicionamento dos materiais e resíduos contaminantes, seguindo as seguintes exigências: local sinalizado, coberto, fechado e ventilado, que contenha piso impermeável com calha e ladrão para caso de vazamento;
- Aderir ao Plano de Resposta a Incidente Ambiental do Rio 2016;
- Aderir ao plano de Gestão Ambiental das Instalações do Rio 2016;
- Geradores deverão possuir dupla proteção contra vazamentos;
- Deverá ser disponibilizado Kit mitigação nas principais áreas do canteiro de obras: local de armazenamento de combustíveis; geradores; junto a atividade de estaqueamento e demais áreas com potencial risco de contaminação;
- Controlar e realizar o correto tratamento e descarte do efluente gerado em áreas de lavagem de equipamentos e veículos (quando for o caso), através de caixas de decantação e reuso da água;
- Controlar e realizar o correto descarte do efluente gerado pelos sanitários, refeitórios e cozinhas;

- Controlar e realizar o correto tratamento e descarte das águas superficiais do terreno;
- É estritamente proibido modificar as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas

8. Controle de Poluição da água

- Realizar controle de saída de sedimento para o sistema de drenagem superficial e para a Lagoa Rodrigo de Freitas, através do uso de filtros, barreiras, etc.;
- No caso de atividades em concreto, as seguintes medidas de controle devem ser adotadas:
 - A área de mistura do concreto e de armazenamento de seus subprodutos deve ser instalada pelo menos 6m de distância de qualquer água ou superfície de escoamento de água;
 - Realizar atividade de concretagem (quando for o caso) de maneira controlada, evitando que o concreto e seus subprodutos atinjam as bocas de lobo e corpos d'água;
 - Coletar quaisquer águas de lavagem e realizar o descarte em local apropriado. A água de lavagem de concreto nunca deve ser descartada em qualquer ambiente, tais como redes de esgoto ou águas pluviais;
- Para qualquer atividade de construção realizada na água deverá ser formado um cinturão de proteção com boias na água;
- Durante a atividade de abastecimento do equipamento para estaqueamento deverá estar presente a equipe de mitigação e resposta à emergência ambiental;
- Todos os operadores das máquinas deverão ser treinados para responder prontamente a vazamentos
- Todo equipamento necessário para a atividade de estaqueamento durante as atividades na lagoa deverá ser disposto sobre área estabilizada e segura;
- Não devem ser agendadas atividades de construção quando há um potencial significativo de chuvas e escoamento torrencial;
- A qualidade, turbidez e temperatura da água deverão ser monitoradas durante as atividades de estaqueamento;
- Evitar o armazenamento de combustíveis, lubrificantes na área de trabalho sobre o espelho d'água;

9. Controle de Poluição do ar

- Utilizar combustíveis eficientes e de baixa emissão de gases, seguindo a hierarquia da Política de Combustíveis do Rio2016;
- Utilizar veículos e equipamentos de baixa emissão de gases poluentes;
- Planejar as rotas de transporte afastada de receptores sensíveis, como escolas e hospitais;
- Garantir que os materiais geradores de poeiras (resíduos, material pulverulento, etc) transportados para fora do perímetro do canteiro estejam cobertos com lonas;
- Os estoques de material pulverulento deverão ser fechados ou cobertos;

10. Controle de Poluição luminosa

- A iluminação noturna deverá ser disposta preferencialmente em locais longe de áreas vegetadas;
- O foco de toda iluminação externa deve sempre estar voltado para baixo;

11. Gestão de Resíduos

- O fornecedor deve apresentar na proposta, o Plano de Gestão de Resíduos, considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a legislação municipal do Rio de Janeiro e a Resolução CONAMA nº 307/2002 e de acordo com a hierarquia dos resíduos: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar e, finalmente, o tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada de resíduos;
- Estabelecer área para armazenamento de resíduos dimensionada de acordo com a geração de resíduos. Essa área deve ser coberta e sinalizada;
- Os resíduos recicláveis deverão ser segregados por tipo, sendo: papel, plástico, metal, madeira e entulho. Deverão ser fornecidos recipientes apropriados para cada tipo de descarte, com informações claras, além de funcionários treinados para manuseio e segregação dos mesmos;
- Os resíduos recicláveis devem ser encaminhados para recicladoras e cooperativas licenciadas;

- O transporte para destinação de resíduo deve ser licenciado;
- Disponibilizar local apropriado para o acondicionamento dos resíduos contaminantes, seguindo as seguintes exigências: local sinalizado, coberto, fechado e ventilado, que contenha piso impermeável com calha e ladrão para caso de vazamento;
- Os resíduos líquidos gerados por devem ser recolhidos em recipientes adequados e reciclados ou levados para fora destinação em um estabelecimento licenciado. Sob nenhuma circunstância os resíduos líquidos devem ser eliminados para o solo ou para a Lagoa;
- A gestão de resíduos deve seguir os critérios e parâmetros estabelecidos pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro) e SMAC (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), definidos pelo: CONAMA 307, Diretriz nº 1310.R-7; Resolução nº 519/12;
- Todo material perigoso a ser descartado deverá ser adequadamente armazenado e disposto em aterro industrial licenciado.

12. Proteção de flora e fauna

- Antes do início das atividades a equipe de meio ambiente deve averiguar se existe a presença de algum ninho ou área de reprodução de animais. Caso o mesmo seja detectado, a área deverá ser protegida por cercas;
- Antes do início das atividades a equipe de meio ambiente deve averiguar se existe alguma árvore ou espécie vegetal em área próxima a circulação de veículos e máquinas e atividades de construção. Caso o mesmo seja detectado, a área deverá ser protegida por cercas;
- O contratado tem o dever de proteger a área de mangue e sob hipótese alguma podar ou suprimir;
- É proibida a caça, pesca ou assédio a qualquer animal encontrado dentro do site;
- A movimentação dentro do canteiro deve acontecer de maneira a causar o menor distúrbio possível;
- Os limites do canteiro deverão estar claramente definidos antes da construção a fim de evitar danos à vegetação adjacente ao local;
- Não estocar produtos ou fixar objetos nos troncos e raízes das árvores.

13. Entregáveis

O Rio2016™ mantém uma quantidade de indicadores de sustentabilidade que devem ser respondidos e monitorados, com o ideal de difundir conhecimento e inspirar mudanças. O Rio 2016™ também reportará ao padrão Global Reporting Initiative (GRI). É esperado que o contratado forneça detalhes e resultados completos.

Cabe destacar que os documentos deverão ser previamente aprovados pela Gerência de Sustentabilidade do Rio2016™.

CATEGORIA	DOCUMENTAÇÃO	FASE	OBSERVAÇÕES
Resíduos	Manifesto de Resíduos, Controle de Transporte de Resíduos (CTR)	Ao final da desmontagem	Atendimento à DZ-1310.R-07; Resolução SMAC nº519/12
	Licença de Instalação / Operação do destinatário final	Antes do início das atividades	
	Quantidade de resíduo gerado, por tipo: papel, plástico, madeira, entulho	Ao final da desmontagem	
	Plano de Gestão de Resíduos	Antes do início das atividades	Atendimento ao CONAMA nº 307/02; 448/12; Resolução SMAC nº519/12
Plano de Gestão Ambiental	Plano contendo as medidas de controle e mitigação ambiental	Antes do início das atividades	Utilizar modelo disponibilizado pelo Rio 2016™. Para maiores detalhes, verificar capítulo 5.
	Tipo e quantidade de materiais perigosos utilizados na instalação	Antes do início das atividades	Manter em campo todas as FISPQs ¹ dos produtos utilizados.
Atendimento à legislação ambiental e trabalhista	Listagem das leis ambientais a serem atendidas durante as atividades.	Antes do início das atividades	Ao final da lista, o responsável pelas atividades deverá assinar o documento, confirmando atendimento as mesmas.
	Lista de toda a força de trabalho, identificando seus registros e conformidade com a legislação trabalhista	Antes do início das atividades	
	Quantidade de trabalhadores pertencentes a grupos minoritários	Durante as atividades	
Gestão de Incidentes	Plano de Resposta à Emergência Ambiental	Antes do início das atividades	
Treinamento	Plano de Treinamento	Antes do início das atividades	
	Registros de treinamento ambiental com a equipe alocada para o trabalho na instalação	Durante as atividades	Ao menos dois registros deverão ser entregues
Riscos, monitoramento e conformidade	Levantamento e avaliação de potenciais riscos ambientais com suas respectivas respostas de controle e mitigação	Antes do início das atividades	

	Quantidade de água consumida durante as atividades	Ao final da desmontagem	
	Quantidade de energia consumida durante as atividades (combustível e energia elétrica)	Ao final da desmontagem	
	Relatório fotográfico identificando as atividades e controles ambientais adotados em campo	Durante as atividades	Frequência: semanal

14. Legislação e outros requerimentos

É esperado que o contratado esteja de acordo com requerimentos específicos, legislação brasileira, bem como as políticas do Rio2016.

O fornecedor deverá seguir as premissas e requerimentos contidos nos Guias de Sustentabilidade para fornecedores:

- Guia da Cadeia de Suprimentos Sustentável - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/sustentabilidade/>
- Declaração de Conduta Sustentável - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Substâncias e Materiais Nocivos - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Embalagem - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de produtos Madeireiros - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Sustentabilidade para Tendas - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Sustentabilidade para Plásticos - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>

¹ FISQ - Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos.

- Guia de Sustentabilidade para Materiais Têxteis - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Cadastro no SEDEX Global - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Guia de Contratação de Mão-de-Obra - <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>
- Requerimentos de Sustentabilidade: <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/plano-compras/> or <http://portaldesuprimentos.rio2016.com/documentos-downloads/>

O fornecedor deverá seguir a legislação brasileira:

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
Instrução Normativa nº 6	15/03/2013	Federal	IBAMA	Cadastro Técnico Federal
Portaria nº 253	18/08/2006	Federal	MMA	Documento de Origem Florestal
Lei nº 1361	06/10/1988	Estadual	GOVERNO DO RJ	Regula a estocagem, o processamento e a disposição final de resíduos industriais tóxicos
Decreto nº 7404	23/12/2010	Federal	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos
Decreto nº 27078	27/09/2006	Municipal	PREFEITURA DO RJ	Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
Diretriz nº 1310.R-7	21/09/2004	Estadual	INEA	Sistema de Manifesto de Resíduos
Lei nº 12305	03/08/2010	Federal	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Lei nº 4191	30/09/2003	Estadual	ALERJ	Política Estadual de Resíduos Sólidos
Lei nº 3273	06/09/2001	Municipal	PREFEITURA DO RJ	Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro
Lei nº 4969	03/12/2008	Municipal	CÂMARA MUNICIPAL DO RJ	Dispõe sobre objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos no Município do Rio de Janeiro
Portaria "N" nº 10	01/12/2011	Municipal	COMLURB	Estabelece as diretrizes para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas que desejam prestar serviços de coleta e remoção de resíduos sólidos especiais na Cidade do Rio de Janeiro.
Portaria "N" nº 04	30/05/2011	Municipal	COMLURB	Estabelece valores a serem praticados pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, na prestação dos Serviços Especiais (Remoção e Vazamento).

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
Resolução nº 275	25/04/2001	Federal	CONAMA	Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.
Resolução nº 307	05/07/2002	Federal	CONAMA	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Resolução nº 348	16/08/2004	Federal	CONAMA	Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
Resolução nº 431	24/05/2011	Federal	CONAMA	Altera o art. 3o da Resolução no 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.
Resolução nº 448	18/01/2012	Federal	CONAMA	Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA
Resolução nº 519	21/08/2012	Municipal	SMAC	Disciplina a apresentação de Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.
Decreto Lei nº 134	16/06/1975	Estadual	GOVERNO DO RJ	Dispõe sobre a prevenção da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Decreto nº 23940	30/01/2004	Municipal	PREFEITURA DO RJ	Torna obrigatório, nos casos previstos, a adoção de reservatórios que permitam o retardo do escoamento das águas pluviais para a rede de drenagem.
Decreto nº 42159	02/12/2009	Estadual	GOVERNO DO RJ	Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
Decreto nº 28329	17/08/2007	Municipal	PREFEITURA DO RJ	Regulamenta critérios e procedimentos destinados ao Licenciamento Ambiental, à Avaliação de Impactos Ambientais e ao Cadastro Ambiental de atividades e empreendimentos que menciona e dá outras providências.
Diretriz nº 205.R-5	05/10/1991	Estadual	INEA	Estabelecer, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP, exigências de controle de poluição das águas que resultem na redução de, dentre outros, sólidos sedimentáveis.
Resolução nº 453	21/10/2008	Municipal	SMAC	Estabelece procedimentos para a dispensa de Licença Ambiental Municipal.
Resolução nº 520	17/09/2012	Municipal	SMAC	Estabelece modelos para requerimento e emissão de Licenças Ambientais Municipais e Autorização para Remoção de Vegetação.
Resolução nº 497	06/11/2011	Municipal	SMAC	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de Autorização para remoção de vegetação e dá outras providências.
Portaria nº 352	06/07/2012	Federal	INMETRO	Aprovar a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Aquecimento Solar de Água
Instrução Normativa nº 6	08/06/2010	Federal	IBAMA	Estabelecer os requisitos técnicos para regulamentar os procedimentos para avaliação do estado de manutenção dos veículos em uso
Lei Complementar nº 90	20/05/2008	Municipal	PREFEITURA DO RJ	Dispõe sobre as regras para o descomissionamento de atividades poluidoras e a

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
				aprovação de parcelamento de solo, edificação ou instalação de atividades em imóveis contaminados por materiais nocivos ao meio ambiente e à saúde pública
Lei Complementar nº 111	01/02/2011	Municipal	PREFEITURA DO RJ	Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Portaria nº 85	17/10/1996	Federal	IBAMA	Toda Empresa que possuir frota própria de transporte de carga ou de passageiro, cujos veículos sejam movidos a óleo Diesel, deverão criar e adotar um Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto a Emissão de Fumaça Preta conforme diretrizes constantes no Anexo I desta Portaria.
Resolução nº 03	28/06/1990	Federal	CONAMA	São padrões de qualidade do ar as concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral.
Resolução nº 8	06/12/1990	Federal	CONAMA	Dispõe sobre o estabelecimento de limites máximos de emissão de poluentes no ar para processos de combustão externa de fontes fixas de poluição.
Resolução nº 313	29/10/2002	Federal	CONAMA	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
Resolução nº 430	13/05/2011	Federal	CONAMA	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
Resolução nº 418	25/11/2009	Federal	CONAMA	Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso.
Resolução nº 452	26/09/2013	Federal	CONTRAN	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes de fiscalização das emissões de gases de escapamento de veículos automotores de que trata o artigo 231 do Código de Trânsito Brasileiro.
ABNT NBR nº 17505	07/02/2013	Federal	ABNT NBR	Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis
Resolução nº 237	19/12/1997	Federal	CONAMA	Atividades ou empreendimentos sujeitos a licenciamento
ABNT NBR nº 12235	01/04/1992	Federal	ABNT NBR	Armazenamento de resíduos sólidos perigosos
ABNT NBR nº 11174	01/07/1990	Federal	ABNT NBR	Armazenamento de resíduos classe II - não inertes e III - inertes
ABNT NBR nº 10561	30/12/1988	Federal	ABNT NBR	Determinação de resíduos sedimentáveis (sólidos sedimentáveis) - método de cone imhoff

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
ABNT NBR nº 9898	30/06/1987	Federal	ABNT NBR	Preservação e técnica de amostragem para efluentes líquidos e corpos receptores - procedimentos
Resolução nº 01	17/02/1986	Federal	CONAMA	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental
ABNT NBR nº 10152	30/12/1987	Federal	ABNT NBR	Níveis de ruído para conforto acústico - Procedimento
ABNT NBR nº 10151	31/07/2000	Federal	ABNT NBR	Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento
Resolução nº 420	30/12/2009	Federal	CONAMA	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas
Instrução Normativa nº 21	26/12/2013	Federal	IBAMA	Emissão eletrônica de DOF
Resolução nº 03		Federal	CONAMA	Estabelece padrões para qualidade do ar
Resolução nº 08	06/12/1990	Federal	CONAMA	Dispõe sobre o estabelecimento de limites máximos de emissão de poluentes no ar para processos de combustão externa de fontes fixas de poluição.
Resolução nº001	08/03/1990	Federal	CONAMA	Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.
Lei 3268	29/08/2001	Municipal	CÂMARA MUNICIPAL DO RJ	Altera o regulamento nº15, aprovado pelo decreto nº1.601, de 21 de junho de 1978, e

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
				alterado pelo decreto nº5412, de 24 de outubro de 1985
Resolução nº303	20/03/2002	Federal	CONAMA	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução nº357	17/03/2005	Federal	CONAMA	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Lei 11.428	22/12/2006	Federal	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências
Nota Técnica 202-R10	12/12/1986	Estadual	INEA	Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos
Lei 12.651	25/05/2012	Federal	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências
Norma Regulamentadora 20	08/06/1978	Federal	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis
Decreto-Lei 5.452	01/05/1943	Federal	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEGISLAÇÃO	DATA	NÍVEL	INSTÂNCIA	TEMA
Lei Federal 6.019	03/01/1974	Federal	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências